

Congresso

Ameaça de greve de deputados indigna líderes

As principais lideranças do Congresso desqualificaram ontem as ameaças de greve branca feitas pelos deputados Agnaldo Timóteo (PPB-RJ), Nilson Gibson (PMN-PE) e Basílio Villani (PPB-PR), que exigem aumento de salário.

Os deputados ameaçaram com greve após o anúncio do ministro da Administração, Bresser Pereira, de que o funcionalismo público terá apenas 10,8% de reposição salarial em janeiro de 1996.

"São manifestações isoladas", garantiu o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Ele tem o respaldo do presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Literalmente cercado por parlamentares após sessão do Congresso quarta-feira à noite, Luís Eduardo se mostrou irredutível na sua posição de não conceder agora aumento de salários.

Planalto — Até mesmo o presidente Fernando Henrique mandou dizer ontem pelo porta-voz Sérgio Amaral confiar que os parlamentares agirão com bom senso e cumprirão a norma constitucional que prevê que seus salários sejam fixados antes do início de cada legislatura.

"De acordo com a Constituição, os subsídios dos parlamentares são fixados pela legislatura anterior e não podem ser alterados em outra ocasião", confirmou Sarney.

"Isso (o aumento) é um absurdo. O governo não apoiará essa idéia", endossou o líder do governo, senador Elcio Álvares (PFL-ES).

Álvares vai mais adiante: afirma que a ameaça de greve branca merece repúdio: "Todos têm dever com o País e não devem trabalhar por seus interesses pessoais".

Vantagens — Deputados e senadores recebem 15 salários anuais, ganham mais R\$ 10 mil para contratar funcionários, têm direito a apartamento funcional na capital e a quatro passagens aéreas, de ida e volta, para seus estados de origem.

Ganham ainda R\$ 700 para despesas de correio, R\$ 260 para publicações e R\$ 850 para telefone. Sem falar que têm carro à disposição em Brasília e privilégios das companhias aéreas nos embarques e desembarques.

"Isso é um absurdo. Todos têm dever com o País"

Elcio Álvares (PFL-ES)

Líder do governo no Senado

O deputado Paulo Paim (PT-RS) aproveitou o descontentamento de Timóteo, Gibson e seus agregados para propor o aumento do salário mínimo para R\$ 180, em troca de um reajuste maior para os servidores públicos, incluindo os parlamentares.

"Como vocês querem aumentar os salários de vocês e deixar o mínimo em R\$ 100?", perguntou Paim aos parlamentares. "Comecei a fazer uma chantagem", reconheceu Paim, que já recolhe assinatura para propor a elevação do mínimo.